



Número: **0811965-20.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **13/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
79478459	09/03/2022 23:59	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
79478460	09/03/2022 23:59	<a href="#">RECURSO- FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA</a>	Outros documentos
79478461	09/03/2022 23:59	<a href="#">LAUDO PERICIAL- Francisco Damião de Melo</a>	Outros documentos

Em anexo.





**MOSSORO CONSULTORIA JURÍDICA**  
**Wamberto Albino Sales**  
**Kelly Maria M. Nascimento**  
**Rua Antonio Vieira de Sá 986**  
**Aeroporto- Mossoro-RN**  
**Tel.: (83) 9.9622-0859**

**Excelentíssimo Senhor Douto Juiz de Direito da 6ª Vara Cível  
da Comarca de Mossoro, Rio Grande do Norte.**

**Processo nº: 0811965-20.2020.8.20.5106**

**RECORRENTE: FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER.**

DOUTO JULGADOR,

**FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA**, já devidamente qualificada nos autos que tramita perante este Douto Juízo, por meio de seu procurador, vem mui respeitosamente, nos autos em que contende com recorrida vem, à presença de Vossa Excelência interpor:

### **RECURSO APELAÇÃO**

Em face a r. sentença proferida nos autos nos termos que seguem, onde requer à Vossa Excelência a intimação da parte adversa para oferecer contra razões e, em seguida, a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para o devido processamento e julgamento.

Salienta, por fim, que deixa de anexar o comprovante de recolhimento das custas processuais, pelo fato de ser pobre na forma da Lei.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Mossoro-RN, em 09 de março de 2022.

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**  
**OAB/RN nº 7469.**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DE UMA  
DAS CÂMARAS CÍVEIS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO  
GRANDE DO NORTE.**

**Processo nº: 0811965-20.2020.8.20.5106**

**RECORRENTE: FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA.**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER**

**RAZOES:**

**Colenda Câmara  
Eméritos julgadores  
Preclaro Relator**

**FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA**, já devidamente qualificado nos presentes autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscrive, vem perante Vossas Excelências, apresentar as razões da Apelação, expondo e ao final requerendo o seguinte:

Constata-se que no caso sob judice, a r. sentença, julgou procedente em parte a lide. Todavia, constata-se que ainda durante a fase instrutória, foi peticionado ao Juiz "a quo", que intimasse o douto perito, para dentro das imposições firmadas na lei, o profissional graduasse a extensão e repercussão do dano em relação ao seguimento ao qual encontra-se vinculado a parte afetada porém o requerimento não foi deferido conforme se infere nos autos.

O Direito é uma ciência dialética, se transforma e altera-se em conformidade com os fatos sociais as demandas da sociedade, se não forem observados dados técnicos, detalhes processuais, minúcias e determinações inseridas no contexto legal, procedimentos normativos podem sucumbir pleitos legítimos, onde o julgador de primeiro grau, não tem o dom da supremacia como ser humano pode perfeitamente cometer equívocos, visto que, apenas Deus, é infalível, justo e soberano em todas as coisas, pois como já diziam os romanos: "Errare humanus est" -( Errar é próprio do homem).

**- DOS MOTIVOS QUE INSURGE EM FACE A R. SENTENÇA.**

A r. sentença foi proferida nos seguintes termos:

**" ... Por conseguinte, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida em juízo pela parte autora, FRANCISCO DAMIAO DE MELO SOUZA, extinguindo, com resolução de mérito, o presente processo, com esteio no art. 487, I, do CPC.**

**CONDENO o demandante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixando estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com base no disposto no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.**



**A execução da verba honorária fica condicionada ao disposto no art. 98, §3º, do CPC, uma vez que o autor é beneficiário da Justiça gratuita..."**

O deslinde da presente lide, orbita no fato de identificar se realmente a legislação que trata a matéria realmente contempla, ampara e protege o direito do Apelante, em que pese a graduação da extensão e repercussão do dano em relação ao membro afetado.

O douto perito gradou quando da realização da prova pericial apenas a parte onde encontrava-se sediada a invalidez, senão vejamos:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):  
punho esquerdo

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.  
Nada. Dano de Nali

Com relação ainda ao local da debilidade o perito reportou:

A) ☐ Disfunções apenas temporárias;  
B) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo(sequelas);

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.  
limitação com dor para flexo - estender punho

Mesmo tendo relatado a existência de "DOR PARA FLEXO EXTENSAO PUNHO", não estabeleceu, graduou a extensão e repercussão do dano como determina o art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. Destarte, o texto legal determina o seguinte:

" I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a **perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa**, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado **o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento)** para as de leve repercussão adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais." Grifo nossa autoria.

Como se infere nos dispositivos legais, retro citados a norma legal determina e trata sobre o enquadramento da invalidez **"nos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa"** . Destarte, restou no laudo omissão quanto a graduação da invalidez em relação a extensão do dano e sua repercussão em função ao membro em comento.



Ressalte-se que não se trata de mera deliberação, requerimento do Apelante, mas a graduação em ralação ao seguimento ao qual encontra vinculado o membro é uma determinação e deliberação da norma jurídica.

A graduação da debilidade no **punho** foi assim definida pelo douto perito:

<u>Segmento Anatômico</u>	<u>Marque aqui o percentual</u>
1ª Lesão: <u>Punho Esquerdo</u>	[ ] 10% residual [ ] 25% leve [ <input checked="" type="checkbox"/> ] 50% média [ ] 75% intensa
2ª Lesão: _____	[ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa
3ª Lesão: _____	[ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa
4ª Lesão: _____	[ ] 10% residual [ ] 25% leve [ ] 50% média [ ] 75% intensa

A prova pericial realizada nos autos é contraditória e omissa, e conflitante inicialmente em relação aos documentos aportados aos autos em segundo plano com a norma jurídica, senão vejamos:

O art. 31, I e II da Lei 11.945/2009 determina:

**" II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

(...)

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a **75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."**

Como se infere na norma que rege a matéria, é devida a quantificação da invalidez no: **"segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa". Destarte, não se trata de mera disposição, requerimento do Recorrente, é o texto da lei que impõe que seja fixado, atribuído a extensão do dano.**

**-DA CONTRAPROVA ACOSTADA AOS AUTOS.**



A parte recorrente mesmo dispondo de condições ínfimas procurou levar aos autos provas de que realmente sua debilidade é presente, real suas funções encontra-se comprometidas, sendo que, nos termos do art. 373 do Código de Processo Civil, compete ao autor a qual determina:

**" O ônus da prova incumbe:**

**I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;**

**II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

**§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído."**

A prova pericial produzida elucida o dano a que encontra-se exposto a parte recorrente em decorrência do acidente de trânsito a qual descreve o seguinte:

NOME COMPLETO DA VÍTIMA:	Francisco Pombo de Melo Souza
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE:	Fratura de rádio distal E
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS):	Tratamento cirúrgico
ALTA MÉDICA?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

A debilidade foi graduada em relação ao seguimento ao qual encontra sediado a invalidez como determina a norma legal:



SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AVALIADO	
1ª	Pericóndrio apresenta ripidez articular
2ª	completa do membro superior a
3ª	visão semelhança de piroterapia. Não consegue
4ª	por flexão extensora e prono supinação do membro
5ª	25/11/2022

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI VÍTIMA NO PERÍODO DE <u>25/11/2022</u> <u>Ferreira</u> E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.	Assinatura e Carimbo Victor Crispim Médico Ortopedista RQE 11146
Monon - RN 25/11/2022 DATA	ASSINATURA E CARIMBO

O prova documental acostada aos autos também por sua vez narra os procedimentos, exames submetidos a parte recorrente senão vejamos:

O Art. 437, do Código de Processo Civil, determina:

**“ O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização da nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida .**

O objetivo da segunda perícia nos termos do Art. 438, é o seguinte:

**“ A segunda perícia tem por objetivo os mesmos sobre que recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.”**

Não obstante a legislação conceda ao juiz ampla liberdade na direção do processo, essa prerrogativa não pode se afastar dos seus limites, cerceando produção de provas, visto que, os fatos por ela alegados, são pertinentes e necessários ao deslinde da demanda realizado dentro do contencioso. Destarte, a prova pericial realizada data vênua, é contraditória, conflitante, resta claro a deficiência da perícia, retratada por um laudo lacônico, onde gradua uma invalidez apenas num seguimento não faz qualquer menção a extensão do dano, ao contrario desvinculou qualquer prejuízo dano ao Recorrente.

A causa encontra-se madura, a r. sentença no aspecto de contemplar a verba devida ao apelante apresenta-se como incorreta, o Juiz “ a quo”, nesse ponto não foi graduado a extensão e repercussão do dano em relação ao seguimento funcional que encontra-se vinculado nesse sentido se faz necessário, recorrer a segunda instancia para adaptar o veredicto em total adequação com a norma jurídica.

O juiz, na hipótese de fixação mediante apreciação equitativa, deve estar atento às particularidades da demanda, podendo, se assim entender adequado, considerar ou não o valor da causa como base de cálculo da verba honorária. Destarte, o processo se encontra devidamente instruído e assegurado o exercício ao contraditório, observando que o mérito propriamente dito da recorrente já fora deferido pelo Juiz “ a quo”, onde o pretense direito ao





recebimento de indenização do seguro DPVAT, já fora fixado, restando tão somente, ser arbitrados os honorários sucumbenciais a fim de dignificar, valorizar o serviço desenvolvido pela defesa do apelante nos autos.

Acerca do tema, em recente decisão o STJ, assim tem decidido em causas similares:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PROVEITO ECONÔMICO ÍNFILO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS POR APRECIACÃO EQUITATIVA. POSSIBILIDADE. OBEDIÊNCIA AOS §§ 2º E 8º DO ART. 85 DO CPC/2015. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DO VALOR. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INVIABILIDADE. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. A Segunda Seção do STJ firmou jurisprudência no sentido de que, havendo ou não condenação, nas causas em que o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório, ou o valor da causa for muito baixo, os honorários sucumbenciais deverão ser fixados por apreciação equitativa, nos termos do § 8º do art. 85 CPC/2015 (REsp 1.746.072/PR, Rel. p/ acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe de 29/03/2019). [grifei]

2. No caso, a Corte de origem manteve a sentença que, por equidade, fixou os honorários sucumbenciais em R\$ 1.000,00, tendo em conta as peculiaridades da causa e o valor ínfimo da condenação em pagar a quantia de R\$ 1.012,50 a título de indenização securitária - seguro DPVAT.

3. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência assente desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula 83/STJ.

4. O reexame dos critérios fáticos levados em consideração pelas instâncias ordinárias para fixar o quantum dos honorários advocatícios, por apreciação equitativa, não se mostra viável na via estreita do recurso especial (Súmula 7/STJ). Esta Corte Superior pode rever o valor estabelecido a título de honorários sucumbenciais, nas hipóteses em que a condenação se distancia dos padrões de razoabilidade e proporcionalidade, o que não se evidencia no caso concreto.

5. Impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

6. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1531500/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2020, DJe 04/05/2020)."

O Desembargador Dr. Vivaldo Pinheiro, funcionando como relator na Apelação 0807652-50.2019.8.20.5106, em processo similar assim proferiu seu voto no v. acórdão, tendo proferido uma verdadeira aula, tendo reportado o seguinte:

**"... Quanto ao argumento de reforma da sentença com relação aos honorários sucumbenciais arbitrados, entendo que não prospera. Com efeito, o § 8º, do art. 85, do CPC dispõe que "nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa". Por sua vez, mesmo havendo a modificação dos honorários sucumbenciais arbitrados conforme os termos pleiteados pela Seguradora apelante, entendo que o valor arbitrado seria irrisório. Destarte, a fixação dos honorários advocatícios de forma equitativa é plausível conforme preceitua o artigo mencionado. Sobre o tema, válido destacar a Doutrina de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery a saber: "38. Causas de proveito econômico irrisório ou inestimável, ou de valor muito baixo. Quando a causa tiver valor pequeno, irrisório, a verba honorária deve ser fixada de maneira equitativa pelo juiz, não servindo de base o valor da causa (...). Por causas onde não houver condenação devem ser entendidas aquelas**

7



**que culminam com sentença meramente declaratória (incluídas aqui as que julgam improcedente ação condenatória) ou constitutiva. Nestas não há valor da condenação para servir de base para a fixação dos honorários. O mesmo vale para aquelas causas de valor muito baixo, como por vezes sucede nos juizados especiais. O juiz deverá servir-se dos critérios dos incisos do CPC 85 §2º para fixar a verba honorária.” Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou a saber: AgInt no AREsp 1531500/MS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, T4 - QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2020, DJe 04/05/2020; REsp 1.746.072/PR, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe 29/03/2019. Na mesma esteira, destaco julgado desta Corte e Câmara: Apelação Cível n.º 0818211-37.2017.8.20.5106, 3ª Câmara Cível, Rel. Juiz Eduardo Pinheiro (convocado), julgado em 27/08/2019. Pelo exposto, nego provimento ao recurso para confirmar a sentença, majorando os honorários sucumbenciais para R\$ 1.000,00 (hum mil reais) nos termos do art. 85, §11, do CPC. É como voto. Natal, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR VIVALDO PINHEIRO RELATOR 3 Natal/RN, 14 de Julho de 2020. Ora Douto Relator, o arbitramento de honorários específicos à fase recursal, poderá ser determinado nos termos do Art. 85, §11 do CPC:”**

Sobre o tema, a doutrina igualmente destaca a necessidade de observância aos parâmetros legais estabelecidos pelo [Novo CPC](#):

**“A dedicação do advogado, a competência com que conduziu os interesses de seu cliente, o fato de defender seu constituinte em comarca onde não resida, os níveis de honorários na comarca onde se processa a ação, a complexidade da causa, o tempo despendido pelo causídico desde o início até o término da ação, são circunstâncias que devem ser necessariamente levadas em conta pelo juiz quando da fixação dos honorários de advogado.”** (Nélson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, Comentários ao Código de Processo Civil. – São Paulo: RT, 2015, p. 433).

#### **-DO REQUERIMENTO:**

Pelo exposto, com base nas razões expendidas, seja dado provimento ao recurso, para reformar a r. sentença e nos termos ao art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, c/c, art., da Lei 6.194/74, **seja condenada a Recorrida a indenizar o Apelante, ao pagamento de 25% (vinte e cinco) por cento da debilidade do membro em comento, devendo ser deduzida o quantum pago administrativamente, sendo ainda fixado honorários sucumbenciais, nos termos do §8º do art. 85, do NCPC, de R\$ 1.000,00 (mil reais), como vem decidindo este Tribunal “Ad quem”, em situações similares, sendo desta forma feita Justiça.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoro-RN, em 09 de março de 2022.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
OAB/RN nº 7469.







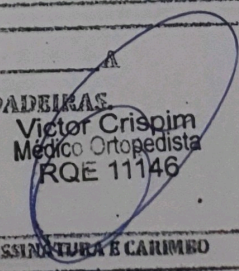
**RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**

**DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)**

DATA DO ACIDENTE:	7/12/2020	DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO:	7/12/2020
NOME COMPLETO DA VÍTIMA:	Francisco Domíngos de Melo Souza		
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE:	Fratura de rádio distal E		
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS):	Tratamento Cirúrgico		
ALTA MÉDICA?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
EXISTE ALGUM DEFETO OU INCURRÊNCIA PERMANENTE? CASO POSITIVO DESCREVER:	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
COM RELAÇÃO A INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE:			
<input type="checkbox"/> A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO.			
<input checked="" type="checkbox"/> A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA.			

**GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)**

	SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFIETADO
1ª	Pericódo apresenta rigidez articular
2ª	completa do membro superior a
3ª	variar semie de piroteropis. Não consegue
4ª	pozer flexi extenior e prono supinacio do membro
5ª	75% de

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE Janeiro	
E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS	
Local	DATA
Monaco - RN	25/12/2020
ASSINATURA E CARIMBO	
 Victor Crispim Médico Ortopedista RQE 11146	

